

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICAS MONOLÓGICAS, SABERES E FAZERES DIALÓGICOS EM DISPUTA: sentidos em construção na formação de professores e no ensino

Patrícia Bastos de Azevedo, Coordenadora.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Doutora em Educação;
patriciabazev@ufrj.br

Coordenadora

Ana Maria Marques Santos,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
Doutora em Psicossociologia e Ecologia Social - anamarques@ufrj.br

Lucília Augusta Lino,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutora em Educação;
prof.lucilia.uerj@gmail.com

RESUMO

A Mesa Temática Coordenada que apresentamos, é um diálogo entre três pesquisadoras da Educação com foco nas políticas de formação de professores e no ensino, em tempos marcadas pela fragmentação e coisificação do ser, estar e do fazer. Nos propomos a refletir sobre os processos monológicos achapantes impostos pelas políticas públicas dos últimos anos no Brasil, e a construção dialógica do enfrentamento desta realidade silenciadora e opressora. Travamos esse diálogo através de trabalhos que buscam desestabilizar a centrifugação monologizante e possibilitar a heteroglossia. No primeiro trabalho – A RES.02/2019 E A DESCARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES – visa descrever e analisar o processo de mobilização, sua expansão em âmbito nacional, coma criação em 2021 do movimento de criação de fóruns estaduais em defesa do curso de Pedagogia. No segundo trabalho – CAMINHOS DA REFORMA POLÍTICO-CURRICULAR NO CURSO DE PEDAGOGIA DO IM-UFRRJ – apresenta a reforma politico-curricular do Curso de Licenciatura de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, baixada fluminense, RJ. O terceiro trabalho – A RETIRADA DAS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS HUMANAS NO CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO UM ATO MONOLÓGICO – propõem como foco pensar de forma crítica e combativa a impacto do Novo Ensino Médio nas disciplinas de Ciências Humanas, com recorte no Ensino de História como prática de letramento. Os trabalhos apresentados buscam na polifonia um processo dialógico subversivo que possibilite pensar a formação de professores e o ensino para além dos monólogos vigentes.

Palavras-chave: Formação de Professores. Políticas Públicas. Currículo.

ABSTRACT

The Coordinated Thematic Table that we presents, is a dialogue between three Education Researchers focused on teacher training policies and what is taught, in times marked by the fragmentation and objectification of being, staing and doing. We propose to reflect on the overwhelming monological

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



processes imposed by public policy in recent years in Brazil, and the dialogical construction of facing this silencing and oppressive reality. We engage in this dialogue through works that seek to destabilize monologizing centrifugation and make heteroglossia possible. In the first work – A RES.02/2019 E A DISCARACTERIZATION OF TEACHER TRAINING – aims to describe and analyze the mobilization process, its expansion nationwide, with the creation in 2021 of the movement to create state forums in defense of the Pedagogy course . In the second work – PATHS OF POLITICAL-CURRICULARREFORM IN THE PEDAGOGY COURSE OF IM-UFRRJ – it presents the political-curricular reform of the Pedagogy Degree Course at the Federal Rural University of Rio de Janeiro – UFRRJ, Multidisciplinary Institute of Nova Iguaçu, fluminense , RJ. The third work – THE WITHDRAWAL OF THE HUMAN SCIENCES SUBJECTS IN THE NEW HIGH SCHOOL CURRICULUM A MONOLOGICAL ACT – proposes with focus to think critically and combatively about the impact of the New High School on the Human Sciences subjects, with a focus on the Teaching of History as a practice of literacy. The works presented seek in polyphony a subversive dialogic process that makes it possible to think about teacher training and what is taught beyond the current monologues.

Keywords: Teacher Training. Public policy. Curriculum.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A RES.02/2019 E A DESCARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Resistências e lutas pela revogação da BNC-Formação e pela retomada das DCNs de 2015

Lucilia Augusta Lino

RESUMO

Este artigo visa analisar o processo de imposição normativa da Resolução CNE/CP 02/2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores e a BNC-Formação, focalizando movimentos de resistência à sua implementação. A Res.02/2019, que revogou a Res.02/2015 desconsiderando o processo de implementação desta nos cursos de licenciatura, configura-se em descaracterização monologizante da formação de professores consonante o ideário neoliberal. Destacamos neste texto o movimento de resistência organizado e sua expansão em âmbito nacional, desde a criação de fóruns estaduais em defesa do curso de Pedagogia até a mobilização de dezenas de entidades nacionais para constituir a Frente Nacional pela Revogação da Res.02/2019 e 01/2020 e pela imediata retomada de Res.02/2015. A metodologia empregada foi a análise das ações empreendidas em nível nacional, dos documentos produzidos nesta mobilização e o relato das experiências desse processo militante, que se insere no movimento de resistência aos desmontes das políticas educacionais.

Palavras-chave: BNC-Formação; movimentos de resistência; revogação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of normative imposition of Resolution CNE/CP 02/2019, which establishes the National Curriculum Guidelines for Teacher Education and *BNC-Formação*, focusing on resistance movements to its implementation. Res.02/2019, which revoked Res.02/2015 disregarding the process of implementing it in licentiate courses, is configured in a monologizing mischaracterization of teacher education in line with neoliberal ideas. We highlight in this text the organized resistance movement and its expansion at the national level, from the creation of state forums in defense of the Pedagogy course to the mobilization of dozens of national entities to constitute the National Front for the Repeal of Res.02/2019 and 01/2020 and for the immediate resumption of Res.02/2015. The methodology used was the analysis of the actions undertaken at the national level, the documents produced in this mobilization and the report of the experiences of this militant process, which is part of the movement of resistance to the dismantling of educational policies.

Keywords: BNC-Training; resistance movements; repeal.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A aprovação, e posterior homologação pelo MEC, da Resolução CNE/CP 02/2019 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), foi mais uma ação impositiva do Conselho Nacional de Educação (CNE) no cenário pós-Golpe de 2016. Aprovada no Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação em 07/11/2019 e homologada pelo MEC em 19/11/2019, a Res. 02/2019 revogou a Resolução 02/2015, então a legislação vigente relativa à formação de professores.

Essa revogação desconsiderou o processo de reformulação dos cursos de licenciatura à luz da Res. 02/2015, que ocorria nas Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o país. O CNE revogou a Res. 02/2015 sem efetuar o necessário processo de avaliação da sua implementação e de seus resultados, quando se encontrava dentro do prazo previsto pelo próprio CNE. Obviamente, esta medida autoritária, pois realizada sem consulta às IES e desconsiderando os argumentos de entidades nacionais representativas do campo educacional brasileiro, produziu uma ampla manifestação contrária, publicizada em notas e moções de repúdio.

A imposição de matrizes curriculares para os cursos de formação de professores, em âmbito nacional, se insere em processo mais amplo de desmonte das políticas educacionais para adequá-las ao projeto neoliberal de Educação, que segundo Freitas (2018) se caracteriza como uma Reforma Empresarial da Educação.

Tal projeto, gestado desde os anos 1990, se intensificou a partir do Golpe de Estado impetrado em 2016, impondo um cenário de desmontes e retrocessos das políticas educacionais, de descaracterização reducionista e padronizadora da Educação Básica e da formação dos professores. Neste projeto a imposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio promove o esvaziamento da função social da escola, deformando suas funções e significado

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social. O projeto reformador monologizante, de viés neoliberal, imposto visa descaracterizar a educação escolar para atender unicamente os interesses do mercado, favorecendo ainda processos de mercantilização da educação pública e de precarização do trabalho docente.

Este artigo objetiva descrever e analisar o processo de mobilização e resistência organizada ao desmonte e descaracterização da formação de professores proposta pela Resolução 02/2019, considerando o contexto dos últimos anos e o cenário atual. Destacamos, nesta análise as ações do Movimento Nacional em defesa da Formação de Professores no curso de Pedagogia (MONAPE) e a criação da Frente Nacional pela Revogação da Res.02/2019 e 01/2020 e pela imediata retomada de Res.02/2015, doravante denominada de Frente Nacional.

Esta discussão se fundamenta na concepção sócio-histórica e crítica da educação, ancorada nas perspectivas de uma educação comprometida com o despertar da consciência crítica dos educandos, pela leitura do real e suas contradições, de modo a construir uma educação de cunho emancipador (FREIRE, 1979). A concepção formativa que norteia essa análise é da docência ampliada, também presente na Resolução 02/2015, cuja retomada o MONAPE e a Frente Nacional, assim como as entidades que a compõem, defendem. Recorremos para a elaboração deste texto aos documentos produzidos por entidades nacionais do campo educacional, e, em especial, pelo MONAPE e pela Frente Nacional.

2 DO GOLPE DE 2016 AO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA À RES. 02/2019

Para iniciar a discussão sobre a descaracterização da formação de professores, proposta pela Res. 02/2019, faz-se necessário, discorrer, ainda que brevemente, sobre o cenário político que impôs retrocessos às políticas educacionais.

A crise política-institucional estabelecida com o Golpe de 2016, orquestrado por uma coalizão jurídica-parlamentar-midiática e empresarial, que culminou com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, institucionalizou a supressão de direitos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociais materializada em uma série de contrarreformas (fiscal, trabalhista, previdenciária) e na retomada intensificada de processos de privatização. Esse cenário político-social visou implantar, de forma acelerada, o projeto de dependência econômica e redução do Estado, em campanha orquestrada pelas oligarquias político-econômicas que, a par da defesa do ideário neoliberal, dissemina uma pauta de costumes, de viés fundamentalista. Nesse contexto, “a crise política, produtora e produzida pelo golpe, acirrou a crise econômica, prejudicando a economia, além de colocar em risco a frágil democracia no país”, abrindo as portas para a ascensão ao poder da extrema direita, ultraconservadora e ultraneoliberal, após as eleições de 2018. (LINO, 2019, p.27)

Em um cenário de amplo retrocesso cultural, político e educacional, a partir da articulação de forças conservadoras e ultraneoliberais, temos a aceleração do processo de implantação de um Estado mínimo que aborta as políticas públicas inclusivas e democratizantes dos governos anteriores. Nesse processo de limitação da cidadania e de “recrudescimento do desmonte, com ênfase ao conservadorismo e ao embate ideológico, sem descuidar da pauta das privatizações e da retirada de direitos”, acentuam-se os processos de centralização e controle social, constringendo instituições, entidades, atores coletivos e lideranças do campo progressista, em frontal ataque ao estado democrático de Direito (LINO, 2019, p. 33)

No campo educacional, temos o progressivo controle político e ideológico da educação básica e superior, com a imposição de processos institucionalizados que se caracterizam por: a padronização curricular via BNCC; a intensificação de processos de privatização; o maior controle da gestão; o esvaziamento e aligeiramento da formação da juventudes pela Reforma do Ensino Médio; a descaracterização dos cursos de licenciatura; a ampliação da oferta de cursos em EAD, a par da drástica redução dos financiamentos e dos cortes de bolsas e verbas, entre outras ações descaracterizadoras. (LINO ET AL, 2021)

Nesse sentido, temos a materialização do desmonte das políticas educacionais pela edição de medidas legais que tornam sem efeito políticas anteriores, pelo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desfinanciamento, com impactos no acesso à educação, o que intensifica a exclusão das camadas populares do processo de escolarização, e pela imposição de uma inadequada e desnecessária padronização curricular.

Dentre estas medidas, a revogação da Res. 02/2015 materializa esse processo de contrarreforma, impondo uma adequação curricular à BNCC, como determina a Res. 02/2019, que descaracteriza a formação de professores para a Educação Básica, de forma a implantar uma formação estrita para o trabalho, o esvaziamento curricular e a redução da escola à mera função instrucional, expurgando seu papel educativo, formativo e social.

2.1 A Res. 02/2019 como proposta descaracterizadora da formação

O processo de elaboração da Res. 02/2019, transcorreu de forma acelerada no CNE, ao longo do ano de 2019, ignorando a ampla produção científica, no âmbito das Universidades e programas de pós-graduação, sobre a formação de professores, o currículo e a didática, enquanto privilegiava o diálogo com instituições e fundações privadas.

As entidades nacionais imediatamente manifestaram seu repúdio a mais esta ação impositiva do CNE e do MEC. No RJ as coordenações dos cursos de Pedagogia das 5 Universidades Públicas se organizaram e elaboraram uma Carta aberta apresentando o que significava essa nova Resolução para os cursos de licenciatura em geral, e mais especificamente para os cursos de Pedagogia.

Inicia-se um movimento de resistência, frente a desconsideração sistemática da posição das entidades nacionais, ancoradas em estudos e pesquisas, e do clamor da comunidade acadêmica, que reconheciam na Resolução CNE nº 02/2015, a

materialização de uma concepção formativa da docência que articula indissociavelmente uma política de valorização profissional dos professores, que contemple formação, carreira e condições de trabalho, às demandas formativas da escola básica. ((UERJ, UFF et al, 2019)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assim, a Res. 02/2019, ao revogar a Res. 02/2015, de forma apressada e sem uma discussão mais aprofundada com a área acadêmica, reforça um *ethos* autoritário e monológico de formulação de políticas, mais um retrocesso que remete aos tempos de exceção, e que marca o período de 2016 a 2022, com impactos na gestão democrática e na qualidade social da educação básica e superior no país.

A BNC-Formação é inspirada na Pedagogia das Competências e em uma concepção de formação de base tecnicista e instrucional, o que significa um retrocesso epistemológico em relação à Res,02/2015

As entidades nacionais, dentre as quais destacamos a ANFOPE, a ANPED, a ABDC e o FORUMDIR, por diversas vezes, como na única audiência pública sobre o tema, realizada pelo CNE, em 8 de outubro de 2019, se manifestaram publicamente, apontando os equívocos da proposta e solicitaram seu arquivamento, assim como a imediata implementação da Resolução 02/2015. (UERJ, UFF et al, 2019)

Como explicita o Manifesto da Frente Nacional, a defesa da retomada imediata da Resolução CNE/CP 2/2015, se fortalece, tendo em vista que esta

foi elaborada considerando os diagnósticos e a produção científico-acadêmica, em diálogo efetivo com as entidades e instituições, incorporando as contribuições de especialistas do campo da formação de professores/as e pesquisadores/as das universidades, que participaram ativa e propositivamente dessa construção coletiva, em reuniões, seminários e audiências públicas. Nesse processo democrático, forjou-se uma concepção ampliada de docência, respeitando a autonomia das IES na construção de um projeto institucional de formação de professoras e professores. Projeto que articula, necessariamente, ensino, pesquisa e extensão, a formação inicial e continuada e favorece uma efetiva articulação e diálogo com as redes de ensino, a escola e a educação básica. (FRENTE NACIONAL, 2023)

Fazendo coro com esta defesa, o COGRAD/ANDIFES - Colégio de Pró-reitores de Graduação das universidades federais públicas, - se manifestou publicamente, ainda em 2019, pela manutenção da Resolução CNE/CP 02/2015. o CNE/CP 02/2015. Em 2020, o CNE aprova a Res. 01/2020, que institui a BNC-Formação Continuada. Nesse período eclode a pandemia da Covid -19 que paralisa essas discussões, aponta novos e urgentes desafios, e coloca a vida institucional em modo remoto.

PROMOÇÃO



APOIO



2.2 A Resistência contra a Res. 02/2019: da prorrogação à revogação

Em 2021, a aproximação da data-limite para a implementação da Res, 02/2019, reacende o movimento de resistência, tendo em vista a determinação de que todos os cursos de licenciatura teriam um período de 2 anos – para aqueles que não haviam feito a reformulação curricular proposta pela Res. 02/2015 – e de 3 anos para os que haviam iniciado a sua implementação.

Inicialmente, a mobilização se dá nos cursos de Pedagogia, imediatamente afetados, pois além da adequação curricular à BNCC, comum às licenciaturas, a normativa divide o curso e o descaracteriza totalmente. Assim, Fóruns estaduais de mobilização em defesa do curso de Pedagogia são criados em diversos estados, começando pelo Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Goiás.

O que unia os diversos fóruns, organizados de forma autônoma, acordo com as características de cada estado, era a constatação de que a Res. 2/2019 impunha uma série de mudanças estruturais aos cursos de Licenciaturas de todo o país, com a adequação à BNCC, ferindo a autonomia das IES formadoras na construção de seus projetos curriculares. Além disso, tinha-se notícia da intenção do CNE e revogar também a Res. CNE/CP 01/2006, as DCNs do Curso de Pedagogia.

As discussões dos fóruns estaduais, como explicitado em Carta-convite à mobilização¹, em maio de 2021, firmaram o entendimento, já manifesto pelas entidades nacionais, de que “a configuração baseada na pedagogia das competências e de vinculação aos conteúdos da BNCC, rompe com uma concepção de formação que vem sendo construída há décadas, no país”, já presente na Res. 01/2006, de “defesa da docência como base e na pedagogia como licenciatura plena”, que assegura a indissociabilidade das áreas de atuação dos egressos do curso.

¹ Carta dirigida aos cursos de Pedagogia de todo o país, denominada de “Mobilização nacional em defesa do curso de Pedagogia”, convidando para reunião de articulação visando a organização da resistência à Res. 02/2019, em âmbito nacional.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

(FORUNS, 2021). O documento, apresentava breve síntese dos impactos da Res. 02/2019 no curso de Pedagogia:

Na Resolução 2/2019 o curso de Pedagogia é descaracterizado, apontando para formações separadas para a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de dissociar a organização do trabalho na escola (Orientação, Supervisão, Administração e Planejamento), retomando a divisão da formação sob um modelo das antigas e superadas habilitações, ignorando, inclusive, a atuação da Pedagogia nos espaços não-escolares. (FORUNS, 2021).

Como resultado dessa mobilização, é criado, em construção coletiva, em reunião virtual, em 31/05/2021, o Fórum Nacional de Mobilização e Defesa do Curso de Pedagogia para articular a resistência em nível nacional e fomentar a ampliação do movimento dos fóruns estaduais, que chegaram a 10 ainda em junho, com a criação dos de Mato Grosso, Tocantins e Ceará. Na primeira nota do Fórum Nacional, o movimento é apresentado e se destacam os principais aspectos da Res. 02/2019 que impactam negativamente a formação:

- 1) A centralidade da BNCC como guia para a formação docente.
- 2) Uma concepção pragmática e reducionista de formação e de docência, fundamentada basicamente em competências e habilidades.
- 3) A separação da Pedagogia em dois cursos: Formação de professores multidisciplinares para a Educação Infantil e Formação de professores multidisciplinares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Rompe-se, assim, com uma concepção epistemológica de ensino e aprendizagem de infância (0 a 10 anos) na qual se assentam as atuais Diretrizes e a maioria dos cursos do país.
- 4) A fragmentação entre planejamento, coordenação e ação docente: a formação em administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional estando prevista como uma habilitação à parte, de 400h.
- 5) A desconsideração da formação para os cursos médios modalidade normal e para os cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas em que sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (FÓRUM NACIONAL, 2021)

Como estratégia inicial de resistência à readequação das propostas curriculares, e visando ganhar tempo para intensificar a mobilização dos cursos, o Fórum Nacional, propõe que as IES reivindiquem, ao CNE e ao MEC, a prorrogação por dois anos do prazo para o atendimento da Res.02/2019, argumentando que a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



paralisação das atividades presenciais, devido a pandemia, impossibilitou a necessária discussão para a reformulação dos cursos.

A justificativa para a prorrogação era real, tendo em vista que a complexidade do momento que as comunidades acadêmicas e a sociedade brasileira vivenciavam em razão da pandemia do Covid-19, constitui, efetivamente, um obstáculo ao atendimento no prazo das demandas da normativa. Assim, a orientação emanada do Fórum Nacional era para que todas as IES encaminhassem ofícios ao CNE e ao MEC demandando a prorrogação de prazo, por pelo menos mais dois anos, para cada caso, portanto 2023, para as IES que não chegaram a implementar a Res. 02/2015, e 2024 para as que haviam feito a reformulação às DCNs de 2015. A demanda foi parcialmente alcançada, pois o CNE estipulou 2023 como um prazo único para todos os cursos.

Conquistada a distensão de prazo, persistia a resistência, com o Fórum Nacional afirmando a pauta em defesa de:

1. A autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES) na elaboração de um projeto institucional de formação de professores de forma articulada com a educação básica.
2. Uma Resolução única para a formação inicial e formação continuada, pois entendemos como um processo contínuo que não cessa com o término da graduação, concepção presente na LDB/1996.
3. Uma ampla consulta e o debate público com as entidades acadêmico-científicas e IES acerca das possíveis mudanças de DCN das licenciaturas.

Com a expansão, em âmbito nacional, do movimento dos fóruns estaduais em defesa do curso de Pedagogia, há o entendimento de transformar o Fórum Nacional em entidade, visando aprimorar a organização e a articulação dos diversos fóruns: o MONAPE – Movimento Nacional de Mobilização em defesa da Formação de Professores no curso de Pedagogia.

As ações empreendidas em nível nacional, com destaque para discussões públicas no formato de lives e da elaboração de documentos, apresentam os pressupostos desta mobilização, denunciam os interesses da imposição normativa e intentam levar a discussão para além dos cursos de Pedagogia, sistematizando os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



argumentos das entidades nacionais sobre a descaracterização da formação proposta pela Res. 02/2019. O entendimento é que a defesa do curso de Pedagogia é indissociável da defesa da formação de professores, distinguindo-se das propostas que defendem a instituição de um bacharelado em Pedagogia, dissociado da licenciatura plena.

Em setembro de 2022, é realizado o I Encontro do Movimento Nacional em defesa do Curso de Pedagogia, congregando representantes dos Fóruns Estaduais em evento presencial: o XIII Seminário Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, organizado pela ANFOPE, em parceria com FORUMDIR, FORPARFOR, FORPIBID RP e MONAPE, com a temática ‘Formação dos Professores, compromisso social e direito à educação: (re)construindo uma agenda democrática’. Esse conjunto de entidades apresenta a mesma reivindicação: a revogação da Res. 02/2019 e a retomada da Resolução 02/2015. A Carta do Rio, produzida naquele evento, consolida propostas, tendo como norte a defesa de “uma educação pautada nas dimensões científica, estética, ética e política”, proposta que se opõe radicalmente, “ao atual projeto de padronização educacional, ora em curso, ancorado no ideário neoliberal, que reduz a formação da classe trabalhadora à mera dimensão técnico-prática e instrumental”. (ANFOPE ET AL, 2022)

Dado o entendimento comum de que as Resoluções 02/2019 e 1/2020, que configuram as políticas de formação vigentes, “explicitam uma concepção de formação alinhada à perspectiva instrumental e neotecnicista e limitada a uma visão reduzida de docência”, as entidades denunciam que tais resoluções determinam a “descaracterização e segmentação da formação inicial e continuada, visando a alienação e desintelectualização de professores e professoras, negando uma perspectiva sócio-histórica e crítica”, com impactos danosos na carreira e na atuação docente na educação básica. (ANFOPE ET AL, 2022).

A Carta do Rio apresenta uma pauta comum as entidades organizadoras, reivindicando a **REVOGAÇÃO**:

PROMOÇÃO



APOIO



- das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores, instituídas pelas Resoluções CNE/CP n. 2/2019 e Resolução CNE/CP n. 1/2020, e seus efeitos, pois representam um grande retrocesso ao retomarem a noção de competências e habilidades e apresentarem uma concepção neotecnista, delineando a formação de professores/as em uma perspectiva pragmática, técnica e acrítica conforme os interesses empresariais;
- da Base Nacional Comum Curricular para todas as etapas da Educação Básica, e
- da Lei 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio). (ANFOPE ET AL, 2022)

Esses movimentos vão além da defesa de um curso e de uma profissão, mas remetem a concretização de uma educação de qualidade socialmente referenciada, em perspectiva emancipatória. Nesse sentido, o movimento de resistência se amplia para além do curso de Pedagogia.

2.3 Ampliando a resistência na Frente Nacional

Em 30/03/2023, o MONAPE junto com outras 20 entidades nacionais cria a Frente Nacional pela Revogação da Res.02/2019 e 01/2020 e pela imediata retomada de Res.02/2015. Nesse processo as ações empreendidas em nível nacional, alcançam os cursos de licenciatura, pela adesão das entidades nacionais representativas da área, e centram seus esforços de mobilização não somente pela reivindicação da revogação da Res. 02/2019 mas, também, pela retomada da Res. 02/2015.

O movimento se amplia e produz um Manifesto encaminhado, em 16 de maio de 2023, ao Conselho Nacional de Educação e ao MEC, com 580 adesões institucionais. A Frente Nacional, hoje é composta por 40 entidades nacionais, e com o apoio de dezenas de outras entidades e fóruns nacionais, regionais, estaduais, cursos, programas e colegiados, associações sindicais e estudantis, entre outros coletivos, expande a mobilização e a pressão pela revogação da atual política de formação, a par das ações empreendidas pelas entidades e instituições mobilizadas em torno dessa defesa.

O posicionamento comum dessas entidades e coletivos é de repúdio às políticas impostas autoritariamente após o Golpe de 2016, que fiéis ao ideário neoliberal e mercantilista, tem, de forma sistemática, descaracterizado a educação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



básica, conformando-a a uma ultrapassada Pedagogia das Competências, que esvazia a escola de significado social, reduzindo-a à mera função executora e instrucional. Como explicita o Manifesto da Frente Nacional, o “CNE, no lastro de uma reforma empresarial e privatista, que atende, exclusivamente, aos interesses do mercado, promove a descaracterização dos cursos de formação de professores/as”, tendo como referência “a produção das Fundações, Institutos e empresas educacionais privadas, obedecendo às diretrizes dos organismos multilaterais”, desconsiderando “os saberes e as pesquisas da área da Educação e do Ensino construídos no campo da formação de professoras e professores:.. (FRENTE NACIONAL, 2023)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O restabelecimento do *ethos* democrático e do respeito às instituições, anima as entidades a empreender um debate público e coletivo, acreditando que o diálogo com o Ministério da Educação e com o Conselho Nacional de Educação seja retomado, em termos que considerem seus posicionamentos em relação às políticas de formação e uma efetiva articulação com as redes de ensino, a escola e a educação básica. Consideramos a complexidade do tema e da realidade e os limites deste texto, que apenas aponta para movimento de resistência propositivo, gestado coletivamente, e ancorado na defesa de um projeto de Educação socialmente referenciada, crítica e emancipatória.

O movimento social unificado na Frente Nacional que reivindica a revogação das BCN- Formação e Formação Continuada (Res. 02/2019 e Res. 01/2020) e a retomada imediata da Res. 02/2015, se insurge contra os processos monológicos impostos nos últimos anos no Brasil, materializando uma resistência propositiva e dialógica ancorada em perspectiva crítica e emancipatória.

O movimento defende uma política de formação de professores da Educação Básica construída de forma democrática, dialógica e polifônica com as instituições

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CAMINHOS DA REFORMA POLÍTICO-CURRICULAR NO CURSO DE PEDAGOGIA DO IM-UFRRJ: lutas, embates formativos-profissionais e garantias democráticas, a partir da Resolução No. 2 de julho de 2015.

Ana Maria Marques Santos

RESUMO

O artigo apresenta a reforma político-curricular do Curso de Licenciatura de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, RJ, a partir da Resolução 02/2015. Considerou a sua relação teórico-prática e o desafio da sua consolidação como matriz curricular, em 2020. Considerou, ainda, os debates, lutas e avanços junto a entidades nacionais, tais quais a ANFOPE, os debates com cursos co-irmãos da própria Universidade, através do seu Fórum de Licenciaturas e demais cursos de Pedagogia públicos do Rio de Janeiro. A metodologia tratou da análise documental e das memórias do processo: atas das reuniões Colegiadas, relatórios deliberativos do Fórum das licenciaturas da UFRRJ, Legislações, Seminários, e Encontros Estaduais e Nacionais da área. Destaca-se a relevância da implantação da Resolução 02/2015 aos currículos da Pedagogia e das licenciaturas, como garantia formativa crítica, ampliada e democrática à formação e valorização docente.

Palavras-chave: Políticas de Educação. Formação-Valorização de Professores. Resolução 02/2015.

ABSTRACT

The article presents the political-curricular reform of the Pedagogy Degree Course at the Federal Rural University of Rio de Janeiro – UFRRJ, Multidisciplinary Institute of Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, RJ, based on Resolution 02/2015. It considered its theoretical-practical relationship and the challenge of its consolidation as a curricular matrix, in 2020. It also considered the debates, struggles and advances with national entities, such as ANFOPE, the debates with co-sister courses at the University itself, through its Degree Forum and other public Pedagogy courses in Rio de Janeiro. The methodology dealt with the documental analysis and the memories of the process: minutes of the Collegiate meetings, deliberative reports of the Forum of the degrees of the UFRRJ, Legislations, Seminars, and State and National Meetings of the area. The relevance of the implementation of Resolution 02/2015 to the curricula of Pedagogy and undergraduate degrees is highlighted, as a critical, expanded and democratic formative guarantee for teacher training and appreciation.

Keywords: Education Policies. Training-Valuation of Teachers. Resolution 02/2015.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1 INTRODUÇÃO

A crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto.
(Darcy Ribeiro)

Quando ultrapassaremos as barreiras do Projeto de uma Educação em permanente crise. no Brasil? O campo educacional e as lutas históricas de suas e seus trabalhadores, tem sido combativo contra uma formação dependente, depositária de elementos políticos favoráveis à uma conformação social ao grande capital e suas funcionalidades. Através da imputação de ações formativas acríticas, que nublam a compreensão social acerca da lógica produtivista, e que são insistentes, sedutores e sagazes em organizar os processos formativos à luz de sua lógica sectária, excludente e que nega uma formação autônoma, ampliada, que esteja de fato, a serviço de uma vida socialmente justa.

Esse cenário, se apresenta e consolida, em especial, às classes e suas interseccionalidades² menos favorecidas, acirrando cada vez mais as desigualdades e diferenças, num profundo e tenso abismo social, econômico-cultural-político. Nessa direção, a formação de professores, e aqui em nosso especial interesse, a formação da/do Pedagoga/o, trata de um tema de extrema relevância social e acadêmico-formativa, pois são eles que se encontram na ponta do processo formativo – a escola e ‘seu chão”, destacada aqui a Escola Pública, que precisa ser defendida e ter

² Para CRENSHAWAK Kimberlé (2002, p.175), “discriminar o interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação”. Não são as mulheres professoras? Mas não daremos conta desse flanco neste artigo, sigamos, e em oportuno, podemos abordá-lo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



assegurada em sua garantida de qualidade pública, laica e gratuita, que viabilize a autonomia educativa a crianças, adolescentes, jovens e adultos do país.

Dados os processos históricos, político-econômicos da permanente tentativa de desmonte da educação pública, e em especial, a partir do golpe político-jurídico-midiático de 2016, com o impedimento da governabilidade democrática do Governo Dilma Rousseff – primeira mulher presidenta do Brasil, tivemos mudanças de rumo quanto aos processos formativos docentes, que estavam então, sob a orientação da Resolução CNE/CP 2/2015, e que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. Apesar de muitas questões e dúvidas formativas a ela atribuídas, tratou de ser um marco fundamental e democrático, como um marco importante para o magistério, em nosso país.

A promulgação da Resolução CNE/CP 2/2015 trouxe consigo a necessidade de reformulação de todos os cursos de formação de professores do país. Isso porque as DCNs estabelecem as “*competências e habilidades*” (*grifo nosso*) que os professores devem ter para atuar na educação básica. Dessa forma, as instituições de ensino superior precisaram se adequar às novas diretrizes para garantir a formação de profissionais capazes de atender às demandas daí advindas, sabedoras/es que somos de que estas, buscavam atender a educação, mesmo com os olhos no mercado. Ainda assim, se apresentava e apresenta, como possibilidade ampliada de processos formativos que podem ser densos, qualificados e com propósitos de uma educação emancipadora.

Além da formação inicial, as DCNs também estabelecem diretrizes para a formação continuada dos profissionais do magistério. Isso significa que os professores em atividade devem buscar constantemente atualização e aprimoramento de suas *habilidades e competência* (*novamente, grifo nosso*).

Esse processo, alinhado aos permanentes debates sobre a formação docente, provocou os dirigentes de Instituições de Ensino Superior, Coordenadores e Colegiados de Cursos a se interrogar em que medida tais cursos estavam em consonância com a Resolução, que alterações precisavam ser realizadas, bem

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



como, as dinâmicas a serem adotadas para realização das avaliações e encaminhamentos necessários.

Para o Curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que agregava em 2019, turmas do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, não foi diferente. Este, em nossa Universidade, se situava no grupo de Cursos que não haviam conseguido cumprir os dois primeiros prazos ao cumprimento da Resolução - julho de dois mil e dezesseis e dois mil e dezessete, respectivamente, a fim de concluir a sua reforma curricular, tendo logrado êxito em fazê-lo, em dezembro de dois mil e dezenove, após ter tramitado e ter sido aprovada em todas as instâncias da Universidade, o que para quem conhece os trâmites legais da gestão, não se trata de tarefa simples.

Sua implantação se deu junto às turmas do primeiro semestre do ano de dois mil e vinte, ano diferenciado e extremamente difícil, dado que fomos surpreendidos mundialmente, com a pandemia de COVID-19, provocada pelo SARS-CoV-2, fato que nos conduziu a uma segunda mudança, a implantação da reforma curricular na modalidade do Ensino Remoto Emergencial, um outro e grande desafio.

Também a implantação, exigia a adequação curricular das turmas que cursavam até o ano de dois mil e vinte, até o terceiro período, num processo de migração e adequação da proposta curricular. Tal processo, exigiu de todas, todos e todes do Curso, clareza sobre os benefícios e prejuízos sobre a migração, e a responsabilidade sobre sua escolha. Podemos dizer que a migração se deu de forma tranquila, tendo todo o Curso incorporado a nova matriz curricular, realizando o aceite documental da mesma.

Nesse sentido este artigo busca apresentar a reforma político-curricular do Curso de Licenciatura de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, baixada fluminense, RJ, a partir da Resolução 02/2015. Considerou a sua relação teórico-prática e o desafio da sua consolidação como matriz curricular no ano de dois mil e vinte. Mais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



especificamente, considerou os debates, lutas e avanços junto a entidades nacionais, tais quais a ANFOPE, guardados seus princípios balisares, assim como, os debates com cursos co-irmãos da própria Universidade, através do Fórum de Licenciaturas da UFRRJ, e demais cursos de Pedagogia das Universidades Federais do Rio de Janeiro – UFF e UFRJ, e a Estadual – UERJ. A metodologia adotada tratou dos registros e análises documentais, as memórias da autora junto a esse processo na Universidade como vice-coordenação, e no Curso como membro do colegiado, com assento e acesso aos debates nas diversas instâncias institucionais, internas e externas à Universidade. Os documentos analisados foram as atas das reuniões de Colegiado do Curso e os relatórios das reuniões ocorridas no Fórum das licenciaturas da UFRRJ, Seminários, Encontros Estaduais e Nacionais, e Formações a cerca da temática. Destaca-se a relevância da implantação da Resolução 02/2015 aos currículos da Pedagogia e das licenciaturas, como garantia formativa crítica, ampliada e democrática à formação e valorização docente.

2 O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO IM/UFRRJ

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do IM/UFRRJ destina-se à formação de profissionais da educação aptos a identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, inclusiva, integrativa e propositiva frente a realidades complexas, com vistas a contribuir para superação das múltiplas formas de exclusões que permeiam a sociedade.

Nessa direção, objetiva formar profissionais para atuação nas seguintes áreas: Educação Infantil; séries iniciais do Ensino Fundamental, Educação Profissional; gestão de unidades educativas e sistemas educacionais, bem como planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos, propostas e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares e para produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Em processo de debate desde o ano de dois mil e quinze, encontrou

PROMOÇÃO



APOIO



resistências por parte do corpo colegiado, que temia por uma redução simplista dos conteúdos formativos. O cenário político nacional era nebuloso, e se temia que a cooptação da reforma, fosse funcional ao golpe em curso, e que alinhasse a formação docente meramente aos projetos de uma formação para o mercado, numa linha de desmonte.

Foi e é. permanentemente desafiante compreender a formação ampliada, atendendo às demandas vindas das/os/es estudantes e docentes, num currículo em disputas internas e externas, que precisa considerar e contemplar concomitantemente: o cumprimento dos objetivos definidos e reafirmados no Projeto Pedagógico do Curso, cujas diretrizes estão pautadas em uma formação democrática, crítica, de base autônoma, que possibilite em sua formação atuar de forma qualificada e referenciada na complexidade social; considerar o currículo como práxis e ‘artefato político e cultura’; preconizar os debates e defesas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, com os quais o Curso de Pedagogia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Instituto Multidisciplinar, se alinham em:

- a) assumir a interdisciplinaridade como fundamento epistemológico básico que materializa a complexidade;
- b) valorizar o trabalho pedagógico (com)partilhado/coletivo;
- c) priorizar a consolidação práxis político-pedagógica mediante sólida formação teórica articulada a práticas pedagógicas consequentes;
- d) assumir a pesquisa como princípio educativo de conhecimento e intervenção na realidade;
- e) adotar como referência o compromisso social e político do profissional da educação com base na perspectiva sócio-histórica da educação em diálogo com os movimentos sociais;
- f) incorporar a formação continuada como vínculo entre a Graduação, a Pós-Graduação e a extensão;
- g) assumir a gestão democrática em oposição e combate à gestão escolar autocrática; h) integrar a concepção e prática de avaliação permanente;
- i) garantir flexibilidade curricular no curso.

(ANFOPE, 2004, p. 7)

Nessa direção, tanto a ANFOPE, quanto o Curso de Pedagogia do IM concebem o ato da docência e o da formação do pedagogo como,

PROMOÇÃO



APOIO





O eixo da sua formação é o trabalho pedagógico, escolar e não escolar, que tem na docência, compreendida como ato educativo intencional, o seu fundamento. É a ação docente o fulcro do processo formativo dos profissionais da educação, ponto de inflexão das demais ciências que dão o suporte conceitual e metodológico para a investigação e a intervenção nos múltiplos processos de formação humana. A base dessa formação, portanto, é a docência (...) considerada em seu sentido amplo, enquanto trabalho e processo pedagógico construído no conjunto das relações sociais e produtivas, e, em sentido estrito, como expressão multideterminada de procedimentos didático-pedagógicos intencionais, passíveis de uma abordagem transdisciplinar (PPC, Pedagogia, IM, 2019, p.11).

Essas conjunções, se atrelam ao que demanda a Resolução 02/2015, que definiu as Diretrizes Curriculares para a Formação de professores da Educação Básica, bem como, à Deliberação No.140 de dezembro de 2019 da UFRRJ (Curso de Pedagogia, 2023 – apresentação).

Desse caldeirão de interlocuções que se colocam em disputa, mas também em diálogos possíveis, resultou a Reforma Curricular, não linear ou monologicamente, mas que no âmbito democrático possível, passou por encontros com pares, especialistas, estudantes da área.

três seminários para a ampliação do diálogo com interlocutores externos e internos, o Colegiado optou por realizar uma reforma mais ampla. O primeiro seminário contou com a participação do Prof. Luiz Fernandes Dourado, ex-integrante do Conselho Nacional de Educação, para discutir as bases da Resolução CNE/CP Nº 2/2015. O segundo, teve a presença das coordenações do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP – UERJ) e da Universidade Pádua 13 de 149 Federal Fluminense (UFF) para conhecimento e debate das reformas em andamento nos referidos cursos e Universidades. O terceiro seminário, por sua vez, foi interno e aberto a toda a comunidade do Curso e cumpriu o objetivo de aprofundar os debates e subsidiar o NDE e o Colegiado para a tomada de decisões referentes à reforma, norteadas pelos seguintes princípios que se articulam aos desafios enfrentados durante seu processo:

1) Possibilitar maior autonomia dos/as estudantes na construção de seu percurso formativo, mediante a criação de uma matriz curricular que amplia a carga horária das disciplinas optativas, com o desafio de reduzir as disciplinas obrigatórias. 2) Propiciar o contato dos/as estudantes com o campo de atuação profissional ao longo de todo o curso. Esse princípio pressupõe a ampliação dos campos do estágio supervisionado obrigatório, criando, além dos existentes (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Gestão e Complementar), o Estágio em Educação de Jovens e Adultos e substituindo o Estágio Complementar pelo Estágio em Educação Inclusiva

PROMOÇÃO



APOIO



e Direitos Humanos. Pressupõe também a redistribuição e reorganização dos estágios na matriz curricular. Esse princípio se conecta com o desafio de criar espaço para estágio em EJA no turno de oferta do curso e redefinir a carga horária e o lugar de cada um dos estágios na matriz curricular. 3) Distribuir as disciplinas de Fundamentos da Educação ao longo do curso. Como desafio a enfrentar, foi identificada a necessidade de criação de critérios para reagrupar as disciplinas de cada período de forma orgânica e articulada. 4) Equilibrar as áreas de conhecimento na matriz curricular. O grande desafio relacionado a esse princípio foi identificar nesse documento as áreas a serem criadas ou ampliadas e os campos que pudessem ter sua carga obrigatória transformada em optativa, bem como a criação de novas disciplinas optativas. 5) Institucionalizar tempos de integração de saberes, áreas e sujeitos, buscando maior interação entre as escolas e a universidade, consolidando a articulação entre teoria e prática. O desafio foi definir o formato, a organização e a institucionalização das atividades acadêmicas como Estágios, Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão os Seminários de Educação e Sociedade e os Trabalhos de Conclusão de Curso. 6) Redefinir o processo e o produto do trabalho de final de Curso, o que requer enfrentar o desafio de repensar a prevalência do gênero monografia e rever o modelo de defesa dos trabalhos. (PPC, Pedagogia, IM, 2019, p.12, 13).

Inicialmente, e uma vez que as Resolução 02/2015 já se encontrava contemplada em grande parte da Matriz do Curso, se aventou uma reforma mais pontual, entretanto, com o avançar do processo, o Colegiado deliberou por algo mais amplo e aprofundado, que atingiu quase que cem por cento do Curso, passando por proposições de alterações de disciplinas em suas ementas e bibliografias, alterações de cargas horárias – ampliações e reduções, reconfiguração dos Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão – NEPES, que passaram a ser quatro, atrelados aos Ensinos e à Pesquisa, nova organização e ampliação dos Estágios Obrigatório que passaram a ser cinco, composição de novas modalidades de Trabalhos de Final de Curso, reestruturação das categorias possíveis para as duzentas horas complementares, entre outros.

Destaca-se que a ação docente é a base central do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, encontrando-se organizado da seguinte forma:

Tabela 1 - Curso de Pedagogia: Núcleos e carga horária

PROMOÇÃO



APOIO



Núcleos RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2006	Núcleos UFRRJ		Número de Disciplinas/ Atividades acadêmicas	Carga horária (T/P)	Carga horária Total
Núcleo de estudos básicos	Específico obrigatório		34	1.920 T	1.920 T
Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos	Específico optativo		–	450 T	450 T
Núcleo de estudos integradores	Atividades Acadêmicas	Núcleos de Ensino Pesquisa e Extensão (NEPE)	4	160 P	160 P
		Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	2	120 P	120 P
		Seminários de Educação e Sociedade	3	120 P	120 P
		Estágio Supervisionado Obrigatório	5	400 P	400 P
	Atividades autônomas		1	200 P	200 P
Carga horária total				2.370h T 1.000h P	3.370 T/P

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2019, Pedagogia, UFRRJ.

E como, Componentes Curriculares, considerando-se a carga mínima e a adotada pelo Curso:

Tabela 2 - Componentes Curriculares

PROMOÇÃO



APOIO



Eixo Formativo	Carga Horária Mínima (h)	Carga Horária Curso de Pedagogia (h)
Prática como Componente Curricular (PCC)	400	430
Estágio Curricular Supervisionado	400	400
Formação Geral das Áreas Específicas e Pedagógicas	2200	2340
Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento	200	200
Total	3200	3370

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2019, Pedagogia, UFRRJ.

No que se refere aos Requisitos e Amparos Legais e Normativos, o trabalho de reforma curricular, resultante no PPC do Curso referenciado contempla:

- 1) a Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- 2) a Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação;
- 3) as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso;
- 4) a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015. MEC/CNE - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- 4) as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei Nº 11.645 de 10/03/2008 e Página 132 de 149 Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 e Deliberação CEPE Nº 35 de 26 de abril de 2013);
- 6) a Disciplina de LIBRAS - Decreto Nº. 5626/2005;
- 7) as Políticas de Educação Ambiental - Lei Nº 9.795, de 27 de abril de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1999 e Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002; 8) a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012); 9) as Normas de Atividades de Extensão da UFRRJ, anexo da DELIBERAÇÃO Nº 125, DE 06 DE JULHO DE 2006. 10) o Programa Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica da UFRRJ - Anexo à deliberação Nº 140 de 12 de novembro de 2019. 11) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, p.165; 10) e as Normativas de estágios da UFRRJ.

3 CONSIDERAÇÕES, EM CAMINHO

O trabalho investido na Reforma Curricular do Curso de Pedagogia da UFRRJ, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu teve como foco a formação de profissionais que realizem o trabalho docente – seu cerne, com formulações teórico-práticas voltadas para os fundamentos básicos e para as condições sócio-históricas determinantes da tarefa educativa, sendo capazes de ler e de compreender os seus contextos de referência, o movimento da sociedade em suas características básicas e tendências dessa trajetória, numa perspectiva crítico-contextual.

Os aspectos inerentes ao campo de disputa político-curricular, assim como, o de concepções formativas e campos de saberes, fazeres e lutas afirmativas, foram marcas fortes nesse processo de construção, tanto por parte de discentes, quanto dos docentes do Curso. Todo esse processo, de 2015-2019 foi atravessado pela dura realidade do cenário político extremamente desfavorável aos princípios democráticos, dentre eles, os inerentes à educação. Primeiramente, pelo golpe político-jurídico-empresarial-midiático empetrado desde 2016 em nosso país, seguido pelos tempos sombrios, marcados por necropolíticas ampliadas, praticadas em nosso país, nos anos de 2018-2022, e nesse interm, a luta pela sobrevivência físico-emocional, trazida pelos desafios da COVID-19, em 2020.

A luta pela retomada democrática, ampla, legítima, se desponta como

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



possibilidade de uma educação inclusiva e libertária. Junto a todas essas lutas, soma-se a organização dos Cursos de Pedagogia do Rio de Janeiro, chamadas agora, também, as Licenciaturas, das Universidades Públicas, federais e estadual, que engrossaram as fileiras na luta pela Educação Pública de qualidade e a Formação de Professores – O Fórum Estadual de Pedagogia, que une forças, agora em dois mil e vinte e três, com os demais Fórum de Pedagogia Brasil à fora, e com as frentes nacionais pela revogação da BNCC e da Resolução 02/2019.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia da UFRRJ – IM, se encontra em busca de permanecer nessa via, de uma educação emancipatória, comprometida e referenciada socialmente. Em sua última avaliação no ENADE, e que segue em vigor, o Curso recebeu nota cinco, o que nos enche e orgulho e de que o caminho trilhado, tem sido certo o que acentua nossa responsabilidade democrática.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Documento Gerador para XII Encontro Nacional**. Brasília/DF, agosto de 2004.

ANFOPE, ANPEd, CEDES, FORUMDIR – **Documento Final VII Seminário**. Brasília, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira** e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. BRASIL.

Portaria SERES Nº 1098, de 24/12/2015. **Reconhecimento do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ**, Instituto Multidisciplinar, Campus Nova Iguaçu.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Resolução CNE/CP Nº 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.

BRASIL. Lei Nº13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Página 133 de 149.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 31 de maio de 2012, Seção 1, p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.** Resolução CNE/CP Nº 1/2006, de 15 de maio de 2006.

BRASIL. Resolução Nº1, de 15 de maio de 2006. Diário Oficial da União, n.92, seção 1, p.11- 12, 16 maio 2006 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº5**, 13 de dezembro de 2005. Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) Nº 01, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.**

BRASIL. MEC. Decreto Nº 5.626 - **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96.** Brasília. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em Acesso em 16 out. 2012.

BRASIL Governo Federal. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Brasília: 2002.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. Lei Nº11.645, de 10 de março de 2008. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.**

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.**

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Lei Nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.**

BRASIL. **Decreto Nº 7824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, outubro, 2012.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DO ENSINO DE PEDAGOGIA. **Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia.** Brasília: MEC/SESu, 1999. (mimeo) - encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) pela Secretaria de Ensino Superior (SeSU/MEC, em maio de 1999). Página 134 de 149 UFRRJ. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013-2017. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, p.165.

UFRRJ. **Deliberação Nº 140 de 12 de novembro de 2019.** Programa Institucional de Formação de Professores para Educação Básica da UFRRJ. Posicionamento conjunto das entidades apresentado ao CNE (em Brasília, 07/11/2001).

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE (2016), UFRRJ. **Deliberação Nº 148, de 23 de Novembro de 2016.**

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE (2013), UFRRJ. **Deliberação Nº 35 de 26 de abril de 2013.**

_____. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PEDAGOGIA.** Colegiado de Pedagogia, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, dezembro de 2019.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A RETIRADA DAS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS HUMANAS NO CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO UM ATO MONOLÓGICO: a contrapelo pensar o letramento histórico na formação do cidadão crítico.

Patricia Bastos de Azevedo

RESUMO

O artigo que propomos tem como foco pensar de forma crítica e combativa a impacto do Novo Ensino Médio nas disciplinas de Ciências Humanas, com recorte no Ensino de História como prática de letramento. Para isso fazemos um diálogo estreito com o Círculo Bakhtiniano e o conceito de letramento histórico. Este artigo é um mergulho teórico e dialógico, buscando aprofundar uma máxima planteada pelo senso comum e pelos professores de história – A História como disciplina que tem a função básica de formar o cidadão crítico. A tecitura do currículo proposto e implementado pela NEM apresenta uma concepção planificadora que reduz as práticas de letramento a um modelo único e monovalente, o qual aprisiona o significado e o sentido que a palavra, escrita ou falada, possui potencialmente em diferentes campos discursivos se constituindo do império do monológico, apagamento dos múltiplos letramentos e o silenciamento das vozes dissonantes

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Ciências Humanas. Letramento histórico.

ABSTRACT

The article that we proposes, focus on thinking critically and combatively about the impact of the New High School on the subjects of Human Sciences, focusing on the Teaching of History as a literacy practice. For this, we establish a close dialogue with the Bakhtinian Circle and the concept of historical literacy. This article is a theoretical and dialogic dive, seeking to deepen a maxim planted by common sense and by history teachers – History as a discipline that has the basic function of forming critical citizens. The weaving of the curriculum proposed and implemented by NEM presents a planning conception that reduces literacy practices to a single and monovalent model, which imprisons the meaning and sense that the word, written or spoken, potentially has in different discursive fields constituting itself of the monologic empire, erasure of multiple literacies and the silencing of dissonant voices.

Keywords: New High School. Human Sciences. Historical literacy.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O artigo que propomos tem como foco pensar de forma crítica e combativa o impacto do Novo Ensino Médio (NEM) nas disciplinas de Ciências Humanas, com recorte no Ensino de História como prática de letramento. Para isso fazemos um diálogo estreito com o Círculo Bakhtiniano e o conceito de letramento histórico. Este artigo é um mergulho teórico e dialógico, buscando aprofundar uma máxima planteada pelo senso comum e pelos professores de história – A História como disciplina que tem a função básica de formar o cidadão crítico.

O NEM e sua materialização no espaço educacional brasileiro não será nosso foco de debate, mas como a linguagem e o letramento constituem a cognição dos sujeitos nos espaços escolares. Neste sentido ao reduzir e silenciar práticas letradas que são efetivadas nas Ciências Humanas, o novo currículo produz uma interdição de uma outra forma de pensar, ser e estar no mundo.

O apagamento se comporta como um amalgama, que conforma as mentes e os corpos, e assim configurando um servilismo e destituindo uma parcela da sociedade da possibilidade revolucionária do pensamento crítico. Pensamento esse que possibilita uma leitura e escrita do mundo a contrapelo, isto é, letramentos críticos, engajados, que tem o potencial de promover a libertação nos grilhões da sociedade excludente.

2 UM ENSAIO: O SER IDEOLÓGICO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E O LETRAMENTO HISTÓRICO

Iniciamos nossa argumentação dialogando com Bakhtin (2002) acerca da concepção de indivíduo. O indivíduo é concebido como um ser ideológico, histórico e internamente condicionado por fatores sociológicos. Dessa forma, a individualidade é situada e está em constante formação nas relações sócio-históricas, marcadas pelo tempo-espaço que constitui o sujeito.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo “individual” é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológico, histórico, e internamente condicionado por fatores sociológicos. Todo o signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior. (BAKHTIN, 2002, p.58)

O outro nos forma e é formado por nossos enunciados. Nessa perspectiva, a enunciação se estabelece nas relações sócio-históricas, não havendo um enunciado individual em sua essência, mas em constante construção nas relações interpessoais. “[...] Bakhtin propõe um agente que vê seu ponto de vista, exotopicamente, a partir desse mesmo ponto de vista, composto com base em suas relações com outros sujeitos que conferem o necessário, e sempre fluido, acabamento” (SOBRAL, 2008, p.18). Nessa concepção, o enunciado está sempre em um estado de acabamento e incompletude, isto é, cada enunciação traz em si um acabamento fluido, fechando em si uma ideia.

A produção dos enunciados é intercambiável; assim, cada enunciado anuncia ao outro o processo dialógico que o compõe. A troca se estabelece em um tempo-espaço e o ato enunciativo se constitui com sujeitos situados.

[...] O enunciado é pleno de *totalidade dialógica*, e sem levá-la em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento. (BAKHTIN, 2003, p. 298)

O enunciado é proferido em uma relação avaliativa e, dessa maneira, cada indivíduo profere uma enunciação a partir de sua compreensão arquitetônica do tempo-espaço em que sua construção está se realizando. Em outras palavras, os atos enunciativos se constituem em diálogo com o mundo da vida que o permeia e o

PROMOÇÃO



APOIO

constitui. Já que essa questão é constitutiva do discurso³, a construção enunciativa se estabelece na ‘totalidade dialógica’ e o pensamento individual opera em processos dialógicos significados pelo tempo-espço sócio-histórico. Vale lembrar que esse tempo-espço se constitui de múltiplas individualidades socialmente constituídas, o que significa que o meu enunciado traz em si ecos e silêncios de vozes dos outros que constituem a subjetividade. Tais ecos e silêncios constituem o enunciado como único e situado, pois cada palavra adquire uma plasticidade mediada pelo universo discursivo concreto.

Todo produto ideológico leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade, é social.

[...]

De fato, como já dissemos, todo pensamento de caráter cognitivo materializa-se em minha consciência, em meu psiquismo, apoiando-se no sistema ideológico de conhecimento que lhe for apropriado. Nesse sentido, meu pensamento, desde a origem, pertence ao sistema ideológico e é subordinado a suas leis. (BAKHTIN, 2002, p. 59)

A individualidade é concebida dentro de uma perspectiva situada, como as manifestações proferidas pelo indivíduo, marcadas pelo signo ideológico sócio-historicamente constituído. Assim, as formas de transmissão de um saber e a construção – individualizada – do conhecimento estão constituídas na esfera sócio-histórica situada. O indivíduo é dimensionado em uma relação social “eu para-o-outro, condição de interseção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido” (SOBRAL, 2008, p. 22), e a identidade, nessa perspectiva, é intersubjetiva: eu sou eu, e sou e estou no outro que me constitui.

Tudo que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua entonação, em sua totalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a totalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. [...]

³ “[...] temos em vista que o discurso, ou seja, a língua em sua integralidade concreta e viva [...]” (BAKHTIN, 2010, p. 207).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

[...] penso que se pode destacar da discussão filosófica de Bakhtin uma reflexão epistemológica original em que o conhecimento verdadeiro somente se torna pleno se, além de verdadeiro, ele for válido. Válido e inserido no contexto, pois sem a inclusão do sujeito concreto e histórico que pensa esse pensamento o conhecimento nele contido permanece parcial (p. 28).

A escola está imersa e permeada pelas relações culturais, sociais e de poder que a constituem historicamente e, nela, estão os sujeitos, desafiados pelo fazer complexo que a atualidade exige da escola e do professor. Dessa forma, o ato enunciativo do professor é forjado em uma luta constante de validade e inserção no contexto, validade esta que se constitui em uma arena discursiva de luta e hierarquia social.

Nossa busca pela compreensão das práticas do ensinada nos levou ao encontro de múltiplas relações sociais, ora de poder, ora hierárquicas, presentes na tessitura da Educação e do cotidiano da sala de aula: a hierarquia, por exemplo, é tanto construtora das interações verbais quanto influência poderosa nos processos enunciativos estabelecidos nos espaços sociais.

As linguagens que se materializam na escola – em nosso caso específico olhamos as práticas nas Ciências Humanas, no recorte da sala de aula de História – são construtoras de práticas constrangidas e cerceadas pelas questões situadas no tempo-espaço de significação. Nessas práticas, as relações de poder – que se expressam na oralidade, na leitura e na escrita do fazer cotidiano da história ensinada – permeiam a produção de conhecimento, e os signos, que compõem a plasticidade do ensinada na disciplina escolar história, são sócio-historicamente constituídos por questões pertinentes a diferentes campos de enunciação e à própria compreensão e propagação da história no mundo da vida.

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas deste uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana o que, é claro, não contradiz a uma unidade nacional de uma língua. O emprego de língua efetua-se em forma de enunciado (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológico e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional [...]. (BAKHTIN, 2003, p. 261)

Os enunciados proferidos na história ensinada ganham um grau de originalidade característico, pois estão em constante significação em ato, sendo constituídos pelo múltiplo e pelo inconstante que são o terreno movediço em que se situa a sala de aula e o fazer escolar. Nesse aspecto, os enunciados se constituem no múltiplo social e pela intersubjetividade do professor que enuncia o passado ensinado.

Compreendemos que o ensinado se constitui como signo social. Como protagonista desse ato, o professor é um sujeito historicamente situado que traz para a sala de aula seu referencial de vida, construindo enunciados concretos e únicos no processo de ensinar, e que caracteriza a materialização da história ensinada e as práticas de letramento presentes nesse processo. Trata-se de processos e práticas únicas por sua circunstância delimitada pelo tempo-espço sócio-histórico e pela individualidade de seu protagonista, o professor.

O saber do professor, situado em uma perspectiva histórica, cultural, social e filosófica, revela suas concepções de mundo, tempo, educação, ensino e história, construindo uma das faces da história ensinada de caráter intersubjetivo e fundamental para a arquitetura dos atos discursivos que se estabelecem no ensinado.

Concebemos o ensinado constituída na interseção educação, história e singular que se estabelece na ação do professor. Dessa forma, possui marcas estilísticas, composicionais e éticas em sua construção e significação dos campos discursivos nos quais está imersa, ganhando um acabamento próprio ao constituir um campo distinto e original.

Já que, como dito, a história ensinada possui uma estética que se materializa no espaço da sala de aula, sua imersão nos campos que a compõem não pode ser negada, pois esse fato forma um traço estilístico de sua existência. Como composição

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



em ato, a história ensinada está sujeita à materialidade que a produz, sendo diferente da historiografia, dos debates acadêmicos relativos à educação e de outros espaços da vida ordinária, muito embora esses campos sejam constitutivos, orientem seus atos e delineiem as práticas de letramento que vão se estabelecendo no ensinar.

Pensamos o ensinado como signo ideológico permeado pelas questões do letramento, tanto em seu viés prático como sócio-histórico. Oralidade, leitura e escrita na Ciências Humanas são fundamentais e desafiam os professores em suas ações cotidianas nas diferentes disciplinas que compõem o currículo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

[...] André Chervel advogava a capacidade da escola para produzir uma cultura específica, singular e original. Ao discorrer sobre construção das disciplinas escolares, em particular sobre a ortografia francesa, Chervel criticava os esquemas explicativos que posicionam o saber escolar como um saber inferior ou derivado dos saberes superiores fundados pelas universidades, bem como a noção da escola como simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela, lugar portanto do conservadorismo, da rotina e da inércia. Para ele, a instituição escolar era capaz de produzir um saber específico cujos efeitos estendiam-se sobre a sociedade e a cultura, e que emergia das determinantes do próprio funcionamento institucional. (VIDAL, 2005, p. 26)

Trazemos Vidal e suas reflexões sobre Chervel para destacar pontos considerados relevantes nos argumentos que estamos tecendo. Como já apontamos, compreendemos que uma das faces da história ensinada é seu espaço de interseção entre educação, história e o mundo da vida, e, nesse complexo contexto relacional, são produzidos discursos ambivalentes, hibridizados, inéditos e situados, compondo o ensinado e sua valoração frente à educação e ao mundo. Não podemos deixar de destacar que, embora seja um campo distinto de produção criativa – o ensinado –, está sob constrangimentos e contingências de outros campos discursivos que o estruturam e que formam sua identidade.

Se compreendemos a escola como um espaço social múltiplo, intrincado e heterogêneo, é nesse caldo complexo que se constituem e se estruturam os saberes produzidos e ensinados. Por isso, concordamos com Chervel quanto à questão de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



singular, mas discordamos quanto à cultura específica e original. A escola não é uma entidade autônoma e individual, mas é sim formada por múltiplos sujeitos e intersubjetividades que se constituem discursivamente. A escola se estrutura nesse caldo dinâmico sempre em construção, destruição e produção de sentido.

A sociedade historicamente se constitui de grupos sociais que, uma vez de interesses múltiplos e geralmente divergentes, produzem enunciados imersos no tempo-espaço que os compõe. Os enunciados se confrontam e disputam poder e legitimação, e, assim, produzem novos dizeres que agregam e desagregam sentidos e verdades. Nesse sentido, as múltiplas vozes desses grupos sociais disputam legitimação e supremacia também no espaço escolar, pois a escola existe enquanto instituição que ocupa um espaço social e produz, pois, sentidos e verdades.

Múltiplos grupos estão presentes e representados na escola pelos indivíduos que constituem esse espaço e pelas lutas políticas que traçam o currículo em suas múltiplas dimensões. Logo, a escola se compõe de diversas vozes e enunciados proferidos por sujeitos que – mais que discentes, docentes e comunidade escolar – constituem-se como sujeitos individualizados que exercem força – seja de permanência seja de mudança – sobre a escola em constante produção de sentido. Não se trata de uma constituição igualitária e de participação plena; na verdade, as relações e as disputas por validade são heterogêneas e complexas, permeadas pelas relações de força, hierarquia e poder.

A escola, dimensionada em seu aspecto de tempo-espaço sócio-histórico situado, é um ‘organismo’ único e, assim, produz uma cultura singular, pois os múltiplos sujeitos que proferem seus enunciados nessa arena polifônica trazem em si uma singularidade – vale lembrar que operamos com a concepção de sujeito sócio-histórico; logo, toda individualidade traz em si uma marca constitutiva do social. “[...] Professores e alunos são sujeitos, portadores de visão de mundo e interesses diferenciados, que estabelecem relações entre si com múltiplas possibilidades de apropriação e interpretação [...]” (MONTEIRO, 2007a, p. 82).

Com essas questões em vista, não podemos compreender a escola como possuidora de uma ‘cultura específica e única’, pois acreditamos na circularidade das vozes, no dialogismo e na heteroglossia formadores das múltiplas expressões e constituições culturais.

[...] No dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento. Nunca ele é submetido completamente aos discursos sociais. A singularidade de cada pessoa no “simpósio

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



universal” corre na “interação viva das vozes sociais”. Nesse “simpósio universal”, cada ser humano é social e individual. (FIORIN, 2008, p.28)

Somente compreendemos uma cultura específica e única da escola, se dimensionada em suas múltiplas individualidades, no específico que cada ser humano é em si, no tempo-espaço sócio-histórico que o constitui e, assim, também na cultura escolar. Nessa perspectiva, não negamos a imersão da escola no mundo da vida que a forja e é por ela constituído. Destacamos que, ao pensar essa cultura específica e única, temos que dimensioná-la na interação viva das vozes sociais e no simpósio universal que cada pessoa é nos múltiplos espaços que ocupa socialmente.

Consideramos a escola tanto um lugar privilegiado de divulgação e produção de cultura letrada, quanto um espaço social que compõe a sociedade, porém deve ficar claro que não a apresentamos como um todo harmônico e perfeito. Compreendemos que esse espaço se constitui no mundo da vida, múltiplo e complexo, e cujas relações de poder travam batalhas constantes por supremacia, legitimação e validade.

Nessa perspectiva, a história ensinada é produzida a partir de referências tanto da história como da educação e constrói seu sentido, em primeira instância, estruturado por esses dois campos discursivos e, em segunda instância, por tantas outras questões que impregnam o ensinado e o transformam em um terceiro campo, com identidade própria e estética específica. Usando as palavras de Bakhtin (1998), hibridiza, construindo, nessa arena discursiva, enunciados que dialogam com a história, a educação e o todo social que estrutura o espaço concreto da sala de aula. Vale a pena frisar que essas identidades e individualidades estão em processo de significação histórica, constituindo-se em seu tempo-espaço.

A história e a historiografia, assim como as concepções de educação, permeiam de forma estruturante o ensinado, porém não o oprimem nem o condicionam de forma absoluta. As ações desses campos de enunciação são em alguns momentos sutis e em outros deflagradas, constrangendo e modelando os sentidos produzidos e seu comprometimento social e histórico, mesmo que não retirem do professor a possibilidade de criação e criatividade.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O professor, em sua ação, dialoga com diferentes forças e campos discursivos, produzindo uma materialidade inédita e em constante produção de sentido. Esse diálogo não se estabelece em uma harmonia absoluta, já que as relações de poder e legitimação permeiam o estabelecimento dos processos enunciativos em seu alicerce e fundação. Ocorre que o ensinado, assim como a história e a educação, se constitui em uma relação marcada pelo mundo da vida, pela subjetividade do professor e pelo tempo que posiciona historicamente esses campos enunciativos. Nesse sentido, reiteramos que as Ciências Humanas, a educação e o ensinado são constructos situados e constituídos por questões políticas, filosóficas, sociais e históricas que fundamentam a tessitura dos espaços de confronto e poder, produzindo em seus enunciados formas de ver, ler e estar no mundo, isto é, cognição e assim materialidades outras possíveis de existir.

3 A CONTRAPELO, TECEMOS BREVES CONCLUSÕES

Gostaríamos de destacar que o espaço do ensinado na Educação Básica é constituído por questões das práticas de letramentos, marcando profundamente a estética composicional das práticas discursivas que habitam a sala de aula e os gêneros que a compõem. Podemos afirmar que as salas de aula, no momento do ensino, apresentam atos de oralidade, leitura e escrita permeados pelo signo histórico e por gêneros situados no tempo-espaço sócio-histórico. Sendo assim, as práticas de letramento que habitam a as Ciências Humanas no Ensino Médio, distintas da aquisição inicial da alfabetização, estão entrelaçadas com a dinâmica escolar e com o mundo da vida de jovens e adultos.

O mundo da vida, a escola e outros espaços letrados nos municiam de elementos para o uso da língua e, dessa forma, oralidade, leitura e escrita encontram-se nesse contexto cultural amplo que nos forma. Concebendo nossa sociedade como grafocêntrica, pressupomos que a leitura e a escrita em diferentes graus estruturam os enunciados dos vários indivíduos que habitam esta sociedade.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Podemos pensar a questão das práticas de letramentos em uma concepção de tempo-espço histórico que situa sua materialidade e composição. Nessa perspectiva, as práticas de letramento existentes na história ensinada encontram-se numa grande dinâmica – o mundo da vida – marcadas pelas relações de poder e legitimidade que permeiam os diversos campos discursivos presentes na escola e fora dela. Quando essas práticas são retiradas ou omitidas no currículo do NEM, podemos observar um apagamento dos letramentos próprio das Ciências Humanas, nosso recorte do letramento histórico.

Em vista disso, a história ensinada, em sua dinâmica cotidiana, se depara constantemente com o jogo de poder que a legitima, e o professor, em seu protagonismo relativo, age diante da busca por legitimidade, organizando seus atos de fala, leitura e escrita em sala de aula. O que estamos afirmando é que o ensinado está mergulhado na dinâmica social complexa e situada e é permeado profundamente pelas práticas de letramento em qualquer sala de aula, nos sentidos tecidos nos processos que se estabelecem nessa dinâmica.

O NEM ao imputar em sua dinâmica o apagamento das Ciências Humanas ele impede que os alunos tenham práticas letradas desafiadas, dialógicas e múltiplas. Retornando a primícia que os professores de história defendem – ao apagar as práticas de letramento histórico o NEM reduz o pensamento crítico e possibilidade de uma cidadania plena, participativa e combativa.

Os itinerários formativos com suas ‘novas’ disciplinas, em geral calcadas em uma estética capitalista neoliberal, conformam um pensamento de adesão as dinâmicas do mercado. O desafio que as Ciências Humanas trazem para ler e escrever o mundo diferente é suplantado por uma prática letrada uniformizada e de inculcação passiva. Forjando uma subjetivação de consumidor.

Dimensionamos as práticas de letramento que constituem a Ciências Humanas como um espaço de disputa de sentido e de formas de falar, ler e escrever. Trata-se de formas permeadas pelas questões de poder que geram forças centrípetas de significação, buscando assim a produção de uma centralidade de sentido e uso e

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



constituindo e valorando as práticas letradas no espaço do ensino escolar. Nesse sentido, os discursos que permeiam a seleção letrada presente no ensino possuem uma dimensão social permeada pelas questões de poder que constroem sua ação e buscam fixar um sentido único e uma “verdade” universal. Dentro de uma perspectiva bakhtiniana, um discurso monologizante:

[...] a percepção de que os discursos que circulam socialmente têm peso político diferenciado; e de que, no jogo dos poderes sociais há [...] um contínuo esforço centrípeto (monologizante) dos discursos que ambicionam se impor como um centro, buscando reduzir e submeter a heteroglossia. (FARACO, 2009, p. 78)

Numa perspectiva prescritiva monologizante, o currículo atua conduzindo o ensino para uma centralização e universalismo de sentido único. Além disso, a disputa entre a centralidade e a dispersão permeia e constrange o ensino. Dialogando com esses jogos de força e poder, concebemos o currículo como um processo denso constituído de forças centrípetas e centrífugas, as quais compõem uma autonomia parcial e uma ação criativa do professor na produção de sentido, pois os movimentos de fora para o centro e do centro para fora tensionam o ensino e sua capacidade de plasticidade e significação.

Nesse processo centrípeto e centrífugo, a seleção letrada se constitui de significado e o ensino na História se materializa e produz seus múltiplos e possíveis sentidos sobre um passado sempre permeado e tensionado pela dinâmica de poder sócio-historicamente situada e pela potencialidade criativa e criadora do ensino em “ato”.

O conhecimento escolar é percebido por diversos autores como um processo que possui especificidades epistemológicas próprias e se forma em um processo escolar situado em um tempo-espaço.

Nesse processo de constituição de conhecimento, na Ciências Humanas ensinada está permeada pelas questões de seu tempo-espaço e, dessa forma, é contingenciada por múltiplos fatores de seu contexto sociocultural. As questões do letramento são fundamentais quando pensamos no ensino e em seus processos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

educativos que visam à transmissão de um conhecimento – permeado de valores e pretensões de validade – às gerações futuras. A seleção cultural letrada amolda a história ensinada em suas diferentes práticas cotidianas permeando a oralidade, a leitura e a escrita que se constitui no ato de ensinar.

O NEM e as disciplinas que compõem as trajetórias tem uma faceta monológica. As lutas e os confrontos por legitimação e supremacia estruturam o espaço do fazer, permeando o uso da oralidade, da leitura e da escrita e compondo de significado e validade as práticas que se materializam no ensinado.

[...] A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (BAKHTIN, 2003, p. 47)

Essa concepção planificadora reduz as práticas de letramento a um modelo único e monovalente, o qual aprisiona o significado e o sentido que a palavra, escrita ou falada, possui potencialmente em diferentes campos discursivos. O NEM é: o império do monológico, apagamento dos múltiplos letramentos e o silenciamento das vozes dissonantes.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BAKHTIN, M. **Problema da poesia em Dostoiévski**. 5^o Ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010.

AMORIN, M. **Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”**. In. BRAIT, B. (org.). Bakhtin: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as idéias do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

SOBRAL, Adail. **Ato/atividade e evento**. In. BRAIT, B. (org). Bakhtin: conceitos-chaves. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares: estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

PROMOÇÃO



APOIO

